



**MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA:  
PRODUÇÃO DA AGRICULTURA  
FAMILIAR QUILOMBOLA**



# MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA: PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA

Este trabalho faz parte do diagnóstico sobre Agricultura Familiar Quilombola, realizado nos biomas Caatinga e Cerrado, nos estados: Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Tocantins e no Quilombo Mesquita (GO).

Neste material, é apresentado a matriz de interpretação analítica contendo os problemas, causas, consequências e alternativas de ação (de curto, médio e longo prazo) sobre a produção, beneficiamento e comercialização da produção.

A matriz foi construída a partir dos problemas, dificuldades e desafios levantados em pesquisa primária, realizada remotamente pelos articuladores quilombolas, junto a 211 comunidades/associações quilombolas. A definição das comunidades/associações da pesquisa ocorreu a partir de um levantamento prévio de comunidades certificadas, localizadas nos estados da iniciativa.

A matriz foi construída a partir da reflexão dos seguintes tópicos:

1. **Problemas:** os desafios e dificuldades sobre a produção da agricultura familiar quilombola (em todas as etapas de produção), que foram identificados no levantamento primário junto às associações/comunidades da pesquisa.
2. **Causas:** as(os) articuladoras(es), em consulta às comunidades e associações, descreveram as principais causas para os problemas identificados.
3. **Consequências:** as(os) articuladoras(es), em consulta às comunidades e associações, detalharam quais têm sido as principais consequências, decorrentes desses problemas, para as comunidades.
4. **Alternativas de ação:** a partir dos problemas, suas causas e consequências, as(os) articuladoras(es) levantaram as ações que precisam ser realizadas para resolver ou mitigar os impactos dos problemas relatados. As ações foram estruturadas em curto (até 5 anos), médio (de 5 a 10 anos) e longo prazo (acima de 10 anos).

As coletas de dados aqui apresentadas fazem parte do trabalho entre a ECAM e a CONAQ.



Coordenação Nacional de  
Articulação das Comunidades  
Negras Rurais Quilombolas





# MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA: PRODUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR QUILOMBOLA - TOCANTINS

A matriz de interpretação analítica foi o instrumento escolhido para sistematizar, de forma visual, os problemas, causas, consequências e alternativas de ação sobre a agricultura familiar quilombola. Esperamos que este instrumento possa apoiar as comunidades, associações, movimento quilombola e parceiros no planejamento de ações estratégicas, visando o fortalecimento da agricultura familiar quilombola. Agora, vamos conferir as informações e estratégias levantadas?



## MATRIZ DE INTERPRETAÇÃO ANALÍTICA

PROBLEMA	CAUSA	CONSEQUÊNCIA	ALTERNATIVAS DE AÇÃO		
			CURTO PRAZO (ATÉ 5 ANOS)	MÉDIO PRAZO (DE 5 A 10 ANOS)	LONGO PRAZO (ACIMA DE 10 ANOS)
<b>BAIXO PREÇO PAGO PELA PRODUÇÃO</b>	1) Baixa credibilidade em relação à qualidade dos produtos quilombolas 2) Falta do selo e código de barra 3) Desvalorização do trabalho artesanal	1) Perda do produto 2) Diminuição do valor do produto, tornando os lucros baixos 3) Desmotivação, por parte dos produtores, para ampliar a produção	1) Fortalecer parcerias e divulgação dos produtos 2) Participação em feiras 3) Criar cartazes ressaltando a importância de produtos livres de agrotóxicos	1) Criar um comitê permanente de valorização de produtos quilombolas, com gestores municipais, lideranças quilombolas e representantes de supermercados 2) Elaboração de programas de valorização da agricultura familiar quilombola 3) Ampliação dos pontos comerciais de venda dos produtos quilombolas 4) Criar um PL através de iniciativa popular (abaixo-assinado) que garanta a compra de 40% de Produtos Quilombolas	1) Pleno funcionamento do comitê de valorização de produtos quilombolas 2) Implementação da lei que garante a compra de 40% de produtos das comunidades quilombolas pelos supermercados locais 3) Conscientização da importância da valorização e consumo de produtos quilombolas a partir dos programas efetivados pelo comitê
<b>FALTA DE MERCADO COMPRADOR</b>	1) Mercados locais preferem comprar de grandes distribuidoras 2) Preferência de produtos de outros produtores ao invés de quilombolas 3) Deslocamento para uma cidade mais longe	1) Grandes perdas devido a falta de mercado comprador 2) Produtores quilombolas passam a vender para moradores locais 3) Produtores se deslocam até outra cidade para vender seus produtos, mas os lucros continuam baixos devido o gasto durante todo o trajeto	1) Fortalecer parcerias e divulgação dos produtos 2) Participação em feiras 3) Criar cartazes, ressaltando a importância de produtos livres de agrotóxicos	1) Criar um comitê permanente de valorização de produtos quilombolas com gestores municipais, lideranças quilombolas e representantes de supermercados 2) Elaboração de programas de valorização da agricultura familiar quilombola 3) Ampliação dos pontos comerciais de venda dos produtos quilombolas 4) Criar um PL através de iniciativa popular (abaixo-assinado) que garanta a compra de 40% de produtos quilombolas	1) Pleno funcionamento do comitê de valorização de produtos quilombolas 2) Implementação da lei que garante a compra de 40% de produtos das comunidades quilombolas pelos supermercados locais 3) Conscientização da importância da valorização e consumo de produtos quilombolas a partir dos programas efetivados pelo comitê
<b>ABASTECIMENTO IRREGULAR DE ENERGIA ELÉTRICA, PREJUDICANDO O BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO</b>	1) Comunidades que estão em zona rural tem pouca manutenção nas redes elétricas 2) Rede elétrica não chega aos territórios	1) Perda da Produção 2) Dependência da energia para o abastecimento de água 3) As comunidades não conseguem investir em melhorias para a produção 4) Comunidades que não possuem rede elétrica ficam impossibilitadas de investir nas produções	1) Realizar articulação para a instalação da energia solar fotovoltaica 2) Elaborar projetos (com parceiros públicos, privados e organizações sociais) para viabilizar recursos 3) Reivindicar junto as autoridades, e com apoio do movimento quilombola local e estadual, a instalação de energia elétrica	1) Efetivação da instalação das placas solares para o uso da energia fotovoltaica 2) Efetivação da instalação de redes elétricas nas comunidades que registraram não ter rede de energia	1) Energia elétrica para todas as comunidades, com manutenção semestral
<b>BAIXA QUALIDADE DAS ESTRADAS</b>	1) Falta de manutenção 2) Baixo investimento nas estradas das zonas rurais (por parte das gestões municipais) 3) Comunidades rurais distantes da zona urbana 4) Fazenda invadindo a área da Comunidade	1) Dificuldade de escoar a produção 2) Baixa qualidade do produto	1) Manutenção frequente das estradas vicinais e pontes na zona rural, especificamente nas estradas que fazem ligação com comunidades quilombolas	1) Elaborar um projeto para a pavimentação das estradas vicinais, com parceria de lideranças quilombolas, coordenação estadual, prefeituras, especialmente com a Secretaria de Infraestrutura	1) Efetivação da pavimentação das estradas que ligam as comunidades até a cidade
<b>BAIXO VOLUME PRODUZIDO</b>	1) Pouco espaço para o plantio 2) Falta de assistência técnica 3) Falta de equipamentos adequados 4) Falta de verba para ampliar a produção	1) Lucros baixos 2) Dificuldade na ampliação da produção	1) Assistência técnica através de parcerias, com apoio do movimento quilombola local e estadual, instituições privadas e públicas	1) Cursos de capacitação específicos para o produtor, em assistência técnica, através de projetos com instituições públicas, privadas, organizações sociais, movimento quilombola local e estadual	1) Criar cursos específicos para produtores rurais quilombolas, dentro das comunidades
<b>DIFICULDADE DE ORGANIZAR A DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA ACESSAR O PAA E O PNAE</b>	1) Curto prazo para a organizar a documentação dos programas 2) Falta informações em relação a documentação/assistência 3) Preencher os requisitos necessários para a participação 4) Nem todos possuem DAP ou sabem como obter	1) Comunidades não conseguem participar dos programas 2) Sem DAP não participa dos programas	1) Criar um banco de dados acessível e com modelos de documentação para participar de programas institucionais	1) Formação adequada para lideranças e membros da comunidade, sobre acesso e preenchimento de documentos, burocracias e regularizações	1) Ter um profissional qualificado para dar suporte e assistência na documentação
<b>DIFICULDADES DE TRANSPORTE DA PRODUÇÃO</b>	1) Baixa qualidade das estradas 2) Falta de veículos próprios e adequados para levar o produto sem alterar a qualidade 3) Não tem parcerias externas com veículos adequados 4) Comunidades que têm acesso pelo rio não conseguem levar seus produtos	1) Perda do produto 2) Produção limitada para a venda dentro da comunidade	1) Articulação das lideranças quilombolas, coordenação estadual quilombola e universidades, para a elaboração de um projeto de extensão voltado para a agricultura familiar quilombola, fornecendo transporte adequado	1) Compra de um transporte adequado e recipientes específicos para cada tipo de produto, através de financiamento	1) Pensando na possibilidade de ampliação da produção, obter mais de um transporte para facilitar o escoamento dos produtos 2) Manutenção dos transportes
<b>DIFICULDADES NA GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	1) Diretorias das comunidades com dificuldade administrativa 2) Falta de produção coletiva 3) Falta de formação adequada	1) Comunidades com problemas organizacionais 2) Baixa produção 3) Documentação irregular	1) Criar grupo de encontro e formação administrativa, por meio da parceria com o movimento quilombola e coordenação estadual quilombola	1) Formação frequente com os membros das diretorias das comunidades, com atualização dos direitos, leis e políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas. Parceria com o movimento quilombola e com a coordenação estadual quilombola	1) Pleno funcionamento do grupo de encontro e formação com as lideranças quilombolas e parcerias externas
<b>FALTA REGULARIZAÇÃO DA PRODUÇÃO JUNTO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	1) Falta de embalagens adequadas devido a falta de assistência e formação 2) Código de barra nos produtos e datas de validade/fabricação 3) Falta do Selo Quilombos do Brasil, para ter atestado de qualidade	1) Falta de embalagem adequada 2) Falta de informações nos rótulos dos produtos, como: data de fabricação, validade e código de barra 3) Ausência do Selo Quilombola	1) Estrutura e condições adequadas de sanitização para produção, armazenamento e transporte dos produtos 2) Garantia de maior prazo para adequação das condições e procedimentos necessários à regularização sanitária	1) Avaliação pela vigilância sanitária local 2) Obtenção de máquina para impressão de etiquetas, com data de fabricação, validade e códigos de barras	1) Criação de um espaço destinado à participação social das comunidades, para a manutenção e realização das exigências burocráticas visando a legalização dos produtos quilombolas 2) Maior diálogo com os órgãos de vigilância sanitária para que estes sejam mais atentos às questões específicas que envolvem as comunidades quilombolas
<b>FALTA DE ADEQUAÇÃO ÀS REGRAS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA</b>	1) As comunidades não têm apoio por parte dos órgãos públicos para o armazenamento e forma correta de embalar os produtos 2) Dificuldade de acesso a recursos que possibilitem adequação às regras 3) Falta de incentivo e informação para as comunidades, em relação as regras da vigilância sanitária	1) Baixa produção 2) Maior dificuldade na venda da produção	1) Apoio financeiro e assistência, por parte de organizações parceiras, para adequação às regras de vigilância sanitária	1) Aplicação dos recursos para instalação de equipamentos e adequações, seguindo os critérios da vigilância sanitária, com parcerias das instituições públicas, privadas e coordenação estadual quilombola	1) Conversas e/ou reuniões periódicas para garantir a qualidade dos seus produtos, observando e corrigindo os erros para manutenção das regras sanitárias, com acompanhamento da coordenação estadual
<b>FALTA DE APOIO PARA A COMERCIALIZAÇÃO</b>	1) Poucas políticas públicas eficazes para o incentivo da comercialização dos produtos das comunidades 2) Aplicação irregular de políticas públicas existentes nas comunidades 3) Falta de um lugar adequado para a venda dos produtos de produtores quilombolas 4) Falta de intermédio das gestões municipais para a venda nos comércios locais	1) Pouco lucro 2) Perda do produto 3) Baixo volume produzido 4) Dificuldade na venda	1) Incentivo a feiras locais semanais, valorizando e dando suporte a produtores quilombolas, com parcerias entre a coordenação estadual quilombola, instituições públicas e privadas	1) Criar um comitê permanente de valorização de produtos quilombolas, com gestores municipais, lideranças quilombolas e representantes de supermercados 2) Elaborar programas de valorização da agricultura familiar quilombola 3) Ampliação dos pontos comerciais de venda dos produtos quilombolas	1) Pleno funcionamento do comitê de valorização de produtos quilombolas 2) Implementação da lei que garante a compra de 40% de produtos das comunidades quilombolas pelos supermercados locais 3) Conscientização da importância da valorização e consumo de produtos quilombolas, a partir dos programas efetivados pelo comitê
<b>FALTA DE EQUIPAMENTOS (MÁQUINAS, MOTORES, ETC.) PARA O BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO</b>	1) Falta de verba para a compra de equipamentos 2) Programas voltados para o auxílio de produtores rurais não são aplicados de forma efetiva 3) Longo tempo de espera para a chegada das máquinas da prefeitura, solicitadas pelas comunidades 4) Falta de manutenção das máquinas existentes nas comunidades	1) Falta de ampliação da produção 2) Requer mais tempo necessário para plantar e colher	1) Acordo entre a gestão municipal e as comunidades, para a utilização dos equipamentos e motores da prefeitura	1) Projetos para a compra de máquinas e motores nas comunidades. Uma ação conjunta de instituições públicas que trabalham com agricultura e instituições de ensino superior	1) Financiamento para a compra dos equipamentos, a partir de parcerias com instituições públicas, privadas e coordenação estadual
<b>FALTA DE INFRAESTRUTURA (PRÉDIOS, INSTALAÇÕES) PARA O BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO</b>	1) Pouca verba para compra de equipamentos próprios 2) Dificuldade em conseguir financiamento 3) Como muitas comunidades não estão devidamente dentro de seus territórios, não conseguem investir em instalações	1) Utilização dos métodos tradicionais, que demoram mais tempo para a produção ou preparo da terra 2) Por causa da burocracia, as comunidades possuem dificuldade em conseguir financiamento e aplicar na produção 3) Sem o território de direito, as comunidades não conseguem ou não querem investir em casas mecanizadas de polpa, farinha, entre outros	1) Criar contas bancárias, das próprias comunidades. Com a conta é possível facilitar a aprovação de financiamento 2) Planejamento para analisar a implantação de novas infraestruturas de produção a médio e longo prazo, de forma eficaz	1) Busca de parcerias público-privadas para financiamento de construção ou reformas de prédios de produção das comunidade	1) Titoralidade dos Territórios Quilombolas. Com a regularização, as comunidades terão mais garantia de direitos e efetivação de programas e instalação de prédios
<b>FALTA DE MAQUINÁRIO</b>	1) Não há maquinários nas comunidades 2) Dificuldade em conseguir pela prefeitura e, quando conseguem, precisam lidar com o alto custo, porque a prefeitura não arca com o combustível. Se quebrar, a comunidade tem que pagar 3) Falta verba para as comunidades comprarem seus próprios maquinários	1) Sem maquinário não tem como ampliar o espaço para o plantio, ficando com espaço limitado 2) Descaso da prefeitura quando solicitado maquinário pelas comunidades quilombolas 3) Sem recurso para compra de maquinário	1) Parceria com a prefeitura para a utilização de maquinários do município, com agilidade, para que o empréstimo não demore tanto; ajuda de custo para o combustível; apoio da coordenação estadual quilombola para garantia de tais serviços	1) Parceria com instituições de ensino, MPT, gestores municipais e coordenação estadual, para a utilização de maquinários através de projetos para a agricultura familiar quilombola	1) Financiamento em nome da comunidade para a compra de maquinário próprio
<b>FALTA DE POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	1) Políticas públicas existente não aplicadas 2) Falta políticas públicas mais acessíveis 3) As comunidades não participam da criação das políticas públicas	1) Falta de aplicações efetivas de políticas públicas 2) Falta divulgação mais transparente das políticas públicas 3) Não há participação das comunidades nas decisões e criações das políticas públicas	1) Ampliação da rede de internet (a circulação de informações colabora no reconhecimento de direitos e reivindicação)	1) Criar projetos de aproximação entre as comunidades e instituições jurídicas, para a ampliação de informações sobre políticas públicas já existentes e para a possibilidade de criação de novas	1) Criação de projetos emergenciais de geração de renda e profissionalização, buscando atender as demandas urgentes das comunidades 2) Criar um conselho interno das comunidades, que participe regularmente das sessões da Câmara Municipal, reivindicando direitos
<b>FALTA DE TERRA PARA PLANTIO</b>	1) Comunidades que não estão em seus territórios de direito, ou seja, não há terra suficiente garantida 2) Comunidades que estão em áreas urbanas plantam em pequena escala pelo pouco espaço (quintais urbanos) 3) Mesmo algumas comunidades tendo seus territórios, nem sempre a terra é adequada para plantio	1) Limitação de espaço para plantar 2) Plantação em pequena escala nos quintais urbanos 3) Plantação de pouca diversidade de espécie	1) Criação de estratégias para plantação consorciada. Esse tipo de plantação possibilita a maior utilização de pequenos espaços com mais produtividade	1) Plantar coletivamente, compartilhar a terra e roça 2) Utilizar a prática do extrativismo dos frutos do Cerrado	1) Certificação dos Territórios Quilombolas. Somente com a posse do território, as comunidades podem plantar com segurança e maior produtividade
<b>FALTA DE TRANSPORTE</b>	1) Nem todos têm transporte, como motocicletas, carros, caminhonetes e outros 2) Não há incentivo externo para auxiliar com transportes 3) Não há recursos para a compra de um veículo próprio	1) Dificuldade na ampliação da produção 2) Perda da produção 3) Vender na comunidade por um valor menor	1) Buscar parcerias de apoio, com a secretaria de transporte do município para levar a produção das comunidades para a cidade	1) Elaboração de um projeto voltado para a agricultura familiar quilombola, para conseguir apoio de uma organização parceira para financiamento de um veículo	1) Aplicação do projeto com a compra dos veículos, que serão utilizados pela comunidade com suporte para a manutenção dos veículos
<b>MELHORAR A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA O BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO</b>	1) Falta de apoio técnico para a ampliação da produção 2) Falta de recurso próprio para ter uma assistência técnica 3) Falta de preparo e formação adequada para o armazenamento correto 4) Falta de parcerias externas para que haja uma assistência técnica de qualidade	1) Dificuldade na ampliação da produção 2) Dificuldade na qualificação da produção 3) Perda da produção	1) Assistência técnica qualificada, com parcerias de instituições públicas, privadas e com a coordenação estadual quilombola	1) Submissão de projeto de extensão de instituições de ensino, em parceria com comunidades quilombolas (projetos de cursos superiores, ligados à agricultura, e que assegurem a qualificação técnica da comunidade)	1) Aplicação de cursos pelas instituições de ensino dentro da comunidade, com formação voltada para agricultores quilombolas
<b>NECESSIDADE DE MAIOR ORGANIZAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS PARA ACESSAR O PAA E PNAE</b>	1) Dificuldade em acessar editais 2) Pouca divulgação e acessibilidade para participar dos programas 3) Falta de uma rede de apoio e informação entre as comunidades	1) Não conseguir participar dos programas	1) Criar uma rede de apoio entre as associações e cooperativas, em que ocorra troca de informações. Essa ação seria desenvolvida em conjunto e em parceria com a coordenação estadual e instituições públicas	1) Pleno funcionamento da rede de apoio, com encontros e formações frequentes para as associações e cooperativas, com parceria entre a coordenação estadual, instituições públicas e privadas	1) Comissão de apoio jurídico a nível estadual que esteja à disposição das associações e cooperativas
<b>PROBLEMAS ORGANIZACIONAIS (JURÍDICOS/ ADMINISTRATIVOS)</b>	1) Comunidades com CNPJ desatualizado 2) Comunidades com pouco tempo de certificação 3) Nem sempre as lideranças aceitam apoio externo	1) Dificuldade para participar de editais e programas 2) Pouca compreensão jurídica em relação a administração e organização das comunidades	1) Formação com lideranças quilombolas, com a finalidade de conceder apoio jurídico, por parte de defensores públicos, auto-organização, parcerias com o movimento quilombola e coordenação estadual	1) Criar uma rede de apoio, com visitas e suporte de profissionais atuantes na área administrativa e jurídica, fornecendo capacitação para os líderes das comunidades	1) Efetivação e funcionamento da rede de apoio com parcerias externas, como a coordenação estadual